

COLEÇÃO EDITAL SISTEMATIZADO

Leonardo Garcia  
Roberval Rocha

Baseado na metodologia

Questão *sem* primeiro

# CESPE/CEBRASPE

## (CARREIRAS JURÍDICAS)

edital sistematizado

2018

# RAIO-X DAS QUESTÕES

## 1. DISTRIBUIÇÃO DAS QUESTÕES

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nas carreiras jurídicas jurídicas e afins organizados pela Banca Organizadora em análise.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos.

### 1. DIREITO ADMINISTRATIVO

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Agentes Públicos	49	9,96%
2. Atos Administrativos	60	12,20%
3. Bens Públicos	8	1,63%
4. Entes da Administração Pública	58	11,79%
5. Improbidade Administrativa	38	7,72%
6. Intervenção do Estado na Propriedade	20	4,07%
7. Licitações e Contratos	102	20,73%
8. Processo Administrativo	38	7,72%
9. Responsabilidade Civil do Estado	28	5,69%
10. Serviços Públicos	29	5,89%
11. Teoria, Poderes e Princípios	62	12,60%
<b>TOTAL</b>	<b>492</b>	<b>100%</b>

### 2. DIREITO AMBIENTAL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Código Florestal	13	9,77%
2. Constituição Federal	12	9,02%
3. Gestão de Florestas Públicas	4	3,01%
4. Lei da Biodiversidade	4	3,01%
5. Lei dos Crimes Ambientais	25	18,80%
6. Política Nacional de Recursos Hídricos	5	3,76%
7. Política Nacional de Resíduos Sólidos	3	2,26%
8. Política Nacional do Meio Ambiente	9	6,77%
9. Sistema Nacional de Unidades de Conservação	14	10,53%
10. Licenciamento Ambiental	10	7,52%
11. Responsabilidade Ambiental	11	8,27%
12. Teoria e Princípios	11	8,27%
13. Tutela Processual	4	3,01%
14. Temas Esparsos	8	6,02%
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

## 3. DIREITO CIVIL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Das Pessoas	41	12,24%
2. Dos Bens	17	5,07%
3. Dos Fatos Jurídicos	56	16,72%
4. Do Direito das Obrigações	111	33,13%
5. Do Direito das Coisas	31	9,25%
6. Do Direito de Família	23	6,87%
7. Do Direito das Sucessões	9	2,69%
8. Das Disposições Finais e Transitórias	0	0,00%
9. Leis Especiais	47	14,03%
<b>TOTAL</b>	<b>335</b>	<b>100%</b>

## 4. DIREITO CONSTITUCIONAL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Dos Princípios Fundamentais	12	2,51%
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	66	13,78%
3. Da Organização do Estado	72	15,03%
4. Da Organização dos Poderes	195	40,71%
5. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	9	1,88%
6. Da Tributação e do Orçamento	4	0,84%
7. Da Ordem Econômica e Financeira	21	4,38%
8. Da Ordem Social	12	2,51%
9. Das Disposições Constitucionais Gerais, ADCT	0	0,00%
10. Teoria Constitucional	88	18,37%
<b>TOTAL</b>	<b>479</b>	<b>100%</b>

## 5. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Das Disposições Preliminares	2	3,39%
2. Dos Direitos Fundamentais	9	15,25%
3. Da Prevenção	3	5,08%
4. Da Política de Atendimento	4	6,78%
5. Das Medidas de Proteção	5	8,47%
6. Da Prática de Ato Infracional	14	23,73%
7. Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável	1	1,69%
8. Do Conselho Tutelar	6	10,17%
9. Do Acesso à Justiça	8	13,56%
10. Dos Crimes e das Infrações Administrativas	4	6,78%
11. Leis Especiais	3	5,08%
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>100%</b>

## 2. ANÁLISE GRÁFICA DOS DADOS

Adiante, são feitas análises gráficas das informações contidas nas tabelas de **Raio-X** apresentadas no tópico anterior, objetivando traduzir visualmente a importância dos conteúdos mais explorados nas provas.

Os gráficos individualizam os dados de cada matéria, em relação às questões objetivas. Ao final, dois gráficos condensando todas as disciplinas: uma em relação às questões objetivas, outro, em relação às discursivas.

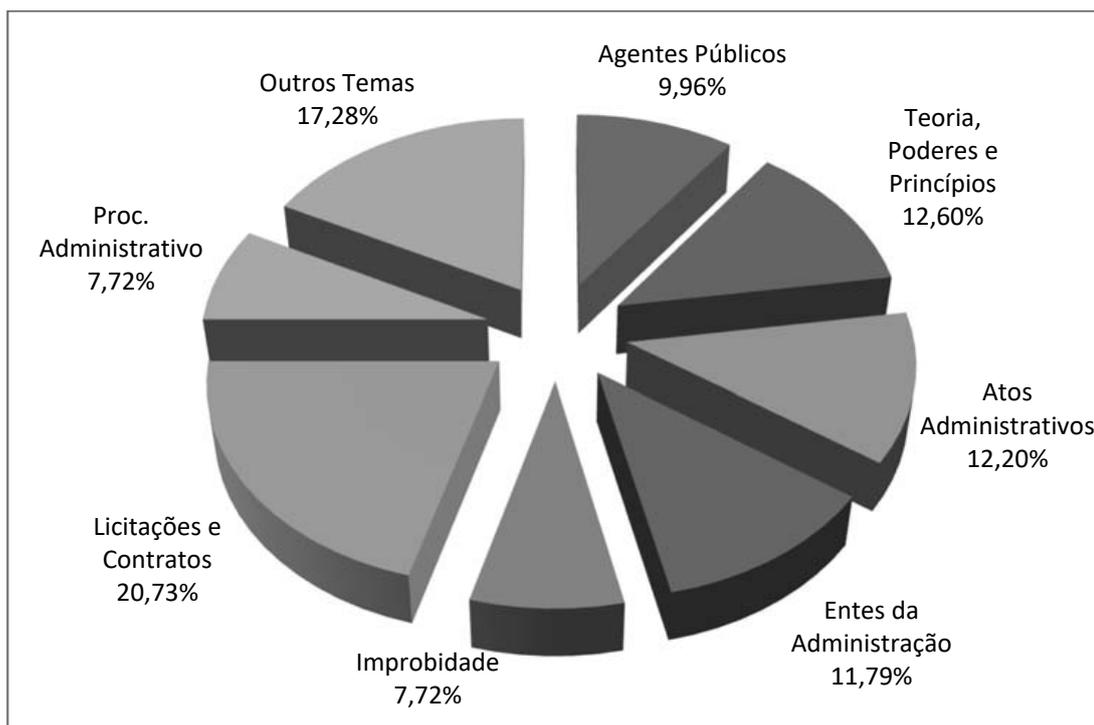
### 2.1. Direito Administrativo

É a disciplina mais versada nos editais da Banca.

Os conteúdos de direito administrativo encontram-se concentrados em alguns temas principais que merecem atenção: **Licitações e Contratos; Teoria, Poderes e Princípios; Atos Administrativos e Entes da Administração Pública**, que, juntos, respondem por **quase 60%** das questões deste tópico.

**Assuntos menos explorados:** Serviços Públicos, Responsabilidade Civil do Estado, Intervenção do Estado na Propriedade e Bens Públicos.

Gráfico 01

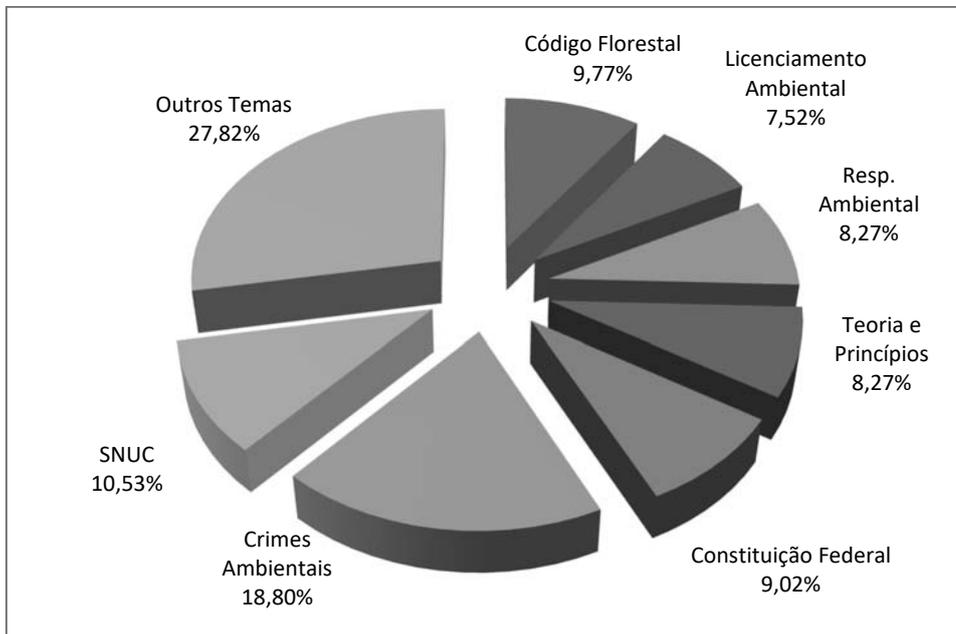


### 2.2. Direito Ambiental

Os diplomas: **Lei dos Crimes Ambientais** (Lei 9.605/98), **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (Lei 9.985/00), **Código Florestal** (Lei 12.651/12) e **Constituição Federal** (CF/88), nessa mesma ordem, são os assuntos mais abordados nas provas, e agregam **quase metade** do conteúdo.

Pontos **pouco exigidos** nas provas: Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06), Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/15), Tutela Processual e Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).

Gráfico 02

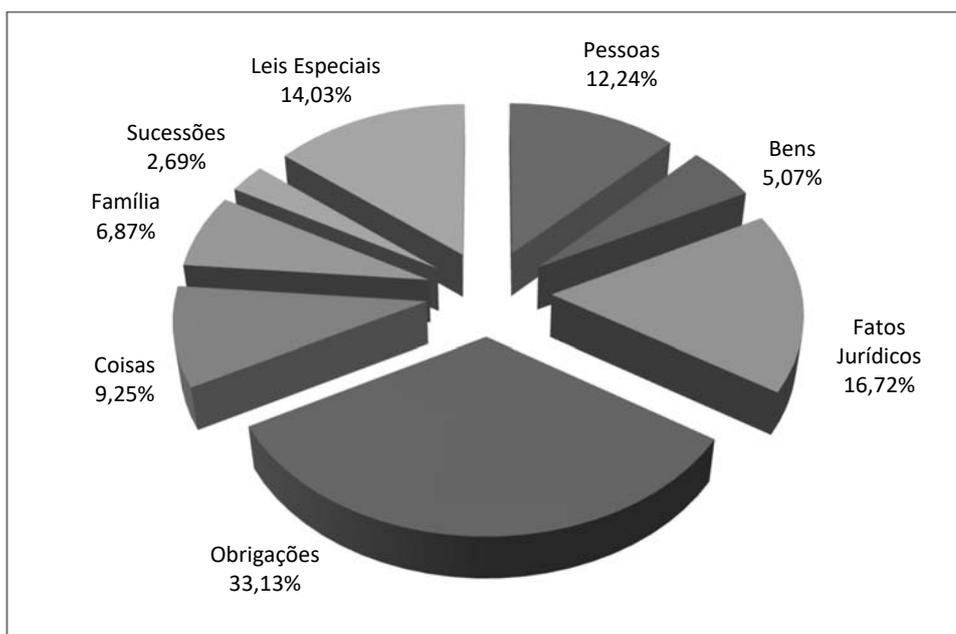


### 2.3. Direito Civil

A disciplina é **extremamente concentrada** em alguns temas principais. O conteúdo do Código Civil é muito explorado nos concursos, com destaque para **Do Direito das Obrigações; Dos Fatos Jurídicos; Leis Cíveis Especiais e Das Pessoas**, que concentram o grosso dos temas versados nas provas, com **quase 75%** das questões.

As Disposições Finais e Transitórias do CC/2002 não foram abordadas em concursos recentes. Outros tópicos **pouco pedidos em provas** são os que concernem a Bens (CC, arts. 79 a 103) e ao Direito das Sucessões (CC, arts. 1.784 a 2.027).

Gráfico 03



# SUMA DOS TEMAS

## 1. TEMAS MAIS EXIGIDOS NAS PROVAS OBJETIVAS

No texto do livro foram ressaltados os **temas mais exigidos nas provas objetivas**. São verdadeiros pontos-chave de estudo que merecem toda atenção e análise do leitor. Todos sinalizados em realce:

☉ ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

Abaixo, uma tabela-resumo desses verdadeiros “**temas sensíveis**” dos concursos organizados pela Banca. São **30** tópicos, que agregam **958** questões e, estatisticamente, representam **mais de um quinto** do conteúdo desses certames.

CAPÍTULO / TÓPICOS	QUESTÕES
<b>1. DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	
1. Agentes Públicos ... 1.1. Disposições Gerais	30
2. Atos Administrativos ... 2.2. Controle	30
5. Improbidade Administrativa	38
7. Licitações e Contratos ... 7.1. Contratos	29
9. Responsabilidade Civil do Estado	28
11. Teoria, Poderes e Princípios ... 11.1. Poderes	30
<b>3. DIREITO CIVIL</b>	
3. Dos Fatos Jurídicos ... 3.4. Da Prescrição e da Decadência	30
4. Do Direito das Obrigações ... 4.8. Da Responsabilidade Civil	27
9. Leis Cíveis Especiais ... 9.1. LINDB	32
<b>4. DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	
2. Dos Direitos ... 2.1. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	46
4. Da Organização dos Poderes ... 4.1.4. Do Processo Legislativo	28
4. Da Organização dos Poderes ... 4.2. Do Poder Executivo	26
4. Da Organização dos Poderes ... 4.4.4. Da Defensoria Pública	41
10. Teoria Constitucional ... 10.3. Hermenêutica Constitucional	26
<b>10. DIREITO FINANCEIRO</b>	
3. Fiscalização Contábil, Financeira e ... 3.1.2. Tribunal de Contas	29
4. Lei de Responsabilidade Fiscal	31
5. Orçamento Público ... 5.4. Princípios Orçamentários	30
7. Receitas e Despesas ... 7.2. Despesas Públicas	32
7. Receitas e Despesas ... 7.4. Receitas Públicas	32
<b>12. DIREITO PENAL</b>	
15. Dos Crimes c/ Adm. ... 15.1. Dos Crimes Pratic. p/ Funcionário...	29

13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
2. Financiamento da Seguridade Social	28
3. Beneficiários	35
5. Previdência Complementar	36
6. Previdência do Servidor Público	40
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
12. Teoria e Princípios	29
15. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	
1. Controle Concentrado ... 1.1. ADI/ADC	31
3. Ações Constitucionais ... 3.6. Mandado de Segurança	28
17. DIREITO PROCESSUAL PENAL	
2. Do Inquérito Policial	31
14. Leis Especiais ... 14.1. Código de Processo Penal Militar	38
19. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	
5. Estatuto da Pessoa com Deficiência	38

## 2. TODOS OS TEMAS EXIGIDOS NAS PROVAS OBJETIVAS

A tabela abaixo indica visualmente o **grau de exigência** dos tópicos de cada disciplina. As questões objetivas são totalizadas por símbolos. Cada um dos símbolos utilizados agrega um conjunto de até cinco questões.

O gradiente/simbologia indica o número acumulado de questões em cada item, evidenciando o perfil estatístico que as bancas organizadoras adotam na feitura das provas.

CAPÍTULO / TÓPICOS	QUESTÕES
1. DIREITO ADMINISTRATIVO	
1. Agentes Públicos	○○○○●●●●
2. Atos Administrativos	○○○○●●●● // //
3. Bens Públicos	○○
4. Entes da Administração Pública	○○○○●●●● // //
5. Improbidade Administrativa	○○○○●●
6. Intervenção do Estado na Propriedade	○○○○
7. Licitações e Contratos	○○○○●●●● // // // ●●●●●●●●●●
8. Processo Administrativo	○○○○●●
9. Responsabilidade Civil do Estado	○○○○
10. Serviços Públicos	○○○○
11. Teoria, Poderes e Princípios	○○○○●●●● // //
2. DIREITO AMBIENTAL	
1. Código Florestal	○○○
2. Constituição Federal	○○○
3. Gestão de Florestas Públicas	○
4. Lei da Biodiversidade	○



## 2. DIREITO AMBIENTAL

### 1. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/12)

#### \* INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

▲ Capítulo XIII – Disposições Transitórias, Seção II – Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente

▲ Art. 64. Na Reurb-S dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da lei específica de regularização fundiária urbana. (...). (Modificações: Lei 13.465/17)

▲ Art. 65. Na Reurb-E dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente não identificadas como áreas de risco, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da lei específica de regularização fundiária urbana. § 1º O processo de regularização fundiária de interesse específico deverá incluir estudo técnico que demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior e ser instruído com os seguintes elementos: (...). (Modificações: Lei 13.465/17)

#### \* QUESTÕES OBJETIVAS

**01.** (Cespe/TJ/PB/Juiz/2015) Com base no que dispõe a Lei n. 12.651/2012 – novo Código Florestal –, assinale a opção correta:

- É permitida a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em imóveis rurais que estejam localizados em área de preservação permanente, sem que seja necessária a recomposição das suas faixas marginais.
- É dever do proprietário ou do possuidor rural dirigir-se a um cartório de registro de imóveis para inscrever seu imóvel no cadastro ambiental rural.
- Áreas cuja vegetação nativa integre reserva legal de pequenas propriedades, isto é,

propriedades exploradas mediante trabalho assalariado, podem receber cota de reserva ambiental.

- A referida lei criou a cota de reserva ambiental – título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação – sob regime de servidão ambiental, instituída de acordo com a lei que implantou a PNMA.
- O poder público poderá instituir incentivos financeiros para estimular, exclusivamente, donos de pequenas propriedades rurais a investirem em atividades como a implantação de sistemas agroflorestal e agrossilvipastoril.

**02.** (Cespe/TRF/5R/Juiz/2015) Ao constatar a existência de um condomínio de casas de veraneio em APP às margens de um grande rio que banha dois estados, o Ibama lavrou autos de intimação demolitória. Registrou, ainda, que houve desmatamento de área de reserva legal. Na defesa administrativa, foi provado que houve licenciamento ambiental pelo ente estadual competente e que o empreendimento estava em área previamente degradada em zona urbana, conforme o PDOT. Rejeitada a defesa administrativa, os particulares ingressaram com ações anulatórias dos autos de infração em que sustentavam incompetência do Ibama, entre outras alegações de nulidade. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta:

- A existência de prévio licenciamento ambiental e a prévia degradação da APP impedem a cominação da pena mais gravosa de demolição.
- Na situação, é irrelevante a alegação de que a APP se localiza em área urbana, uma vez que as APPs e as reservas legais afetam propriedades públicas e privadas, em perímetro rural ou urbano.
- O Ibama é competente para a fiscalização, haja vista que qualquer rio que banha dois estados caracteriza-se como bem da União.
- O Ibama é incompetente para exercer o poder de polícia em relação a empreendimento cujo licenciamento ambiental é de competência local.

- e) A largura da APP, em razão de se tratar de área marginal de rio perene, não se altera, esteja o rio em zona urbana ou rural.

**03.** (Cespe/TRF/5R/Juiz/2015) No que se refere à tutela do meio ambiente segundo a CF, assinale a opção correta:

- a) A União pode desapropriar, por interesse social, para reforma agrária, imóvel rural de proprietário que não respeite as regras referentes a APP e reserva legal.
- b) A indenização por desapropriação de imóvel rural abrangerá, por interesse social, para reforma agrária, benfeitorias necessárias, sendo paga previamente, em títulos da dívida agrária.
- c) Compete aos municípios, por meio do PDOT, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- d) O princípio da participação democrática no direito ambiental é instrumentalizado pela ação popular, mas não pela ACP, devido às diferenças na legitimação ativa.
- e) Compete ao Conselho da República propor as condições para uso de áreas de preservação e exploração de recursos naturais, desde que sejam indispensáveis à segurança nacional.

**04.** (Cespe/TRF/1R/Juiz/2015) Um empreendedor e posseiro ocupa informalmente um imóvel rural de cerca de três módulos fiscais em área de floresta na Amazônia Legal e exerce desde 2005 atividades agrossilvipastoris consolidadas em 50% do imóvel, cuja utilização envolve, em uma parte, a plantação de soja, em outra, a criação de gado em APP, próxima a um pequeno córrego para que os animais tenham acesso à água. Nos outros 50% do imóvel, em que a vegetação nativa continua preservada, o empreendedor pretende futuramente utilizar parte da área para novas atividades agrossilvipastoris. O imóvel não apresenta regularização da reserva legal. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da regularização ambiental do imóvel em questão, conforme a legislação aplicável:

- a) Para fins de regularização, a área de reserva legal do imóvel deverá estar registrada no CAR do cartório de registro de imóveis.
- b) Se houver autorização prévia do órgão competente, será permitido ao empreendedor realizar o corte raso da vegetação nativa de área ainda não utilizada, desde que respeitado o

percentual de 20% do imóvel a título de reserva legal.

- c) A continuidade da atividade agrossilvipastoril do empreendedor na APP será permitida se a atividade for informada no CAR e se forem atendidos os critérios técnicos previstos na legislação referente à parte da APP a ser recomposta.
- d) A regularidade da reserva legal depende da regularidade fundiária, de modo que deve ser requerida pelo seu legítimo proprietário.
- e) Desde que previsto no zoneamento ecológico-econômico do estado, o órgão ambiental competente, ouvido o conselho de meio ambiente, poderá dispensar a delimitação de reserva legal do imóvel.

**05.** (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016) Caso pretenda delimitar um espaço protegido em seu território, o estado do Amazonas poderá fazê-lo mediante decreto, mas somente por lei poderá reduzi-lo ou suprimi-lo.

**06.** (Cespe/DPU/Defensor/2017) A DP realizou mutirão com famílias que ocupam um imóvel público urbano situado na encosta de um morro. O objetivo era verificar quais diligências poderiam ser feitas em favor daquela comunidade, tendo em vista a intensa fiscalização ambiental e urbanística no local. Em razão do local da ocupação em apreço, a DP tem fundamento jurídico para impugnar autos de infração que indiquem proteção a área de reserva legal.

**07.** (Cespe/PGM/Fortaleza/Procurador/2017) Conforme o Código Florestal, todo proprietário de imóvel rural deve, a título de reserva legal, manter área com cobertura de vegetação nativa, a qual só poderá ser explorada economicamente em caso de manejo sustentável.

**08.** (Cespe/PGM/Fortaleza/Procurador/2017) Para o STJ, se parte de um imóvel urbano for declarada pelo poder público área de preservação permanente, ficará afastada a titularidade do proprietário em relação a essa porção do imóvel. Uma vez transformada em área de preservação permanente, a porção é retirada do domínio privado e passa a ser considerada bem público para todos os efeitos, incluindo-se os tributários.

**09.** (Cespe/AGU/Advogado/2015) A regularidade da reserva legal envolve a conservação de sua vegetação nativa, de modo que a exploração econômica dessa área deve ser feita mediante

## 4. DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

#### \* QUESTÕES DISCURSIVAS

**01.** (Cespe/PGE/SE/Procurador/2017) O Supremo Tribunal Federal, na ADI n. 4.764, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, firmou a seguinte tese: “É vedado às unidades federativas instituir normas que condicionem a instauração de ação penal contra o governador, por crime comum, à prévia autorização da casa legislativa” (...). Para alcançar tal conclusão, utilizou – entre outros argumentos – a natureza e os elementos característicos do princípio republicano conforme a Constituição Federal de 1988 (CF). Discorra, de forma fundamentada, sobre os argumentos constitucionais que amparam o entendimento citado acima, abordando os seguintes aspectos: (i) a natureza e os elementos característicos do princípio republicano na CF; (ii) a existência, a extensão e a forma de instauração de exceções ao princípio republicano; (iii) as consequências para os estados-membros da observância obrigatória ao princípio republicano considerando-se o disposto no art. 51, I, da CF.

#### \* QUESTÕES OBJETIVAS

**01.** (Cespe/TCE/PB/Auditor/2018) A afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da CF, retrata o princípio fundamental da República Federativa do Brasil denominado princípio

- da cidadania.
- da livre iniciativa.
- representativo.
- do pluralismo político.
- do Estado democrático de direito.

**02.** (Cespe/CGM/João\_Pessoa/Técnico/2018) A soberania, que consiste em um poder político supremo e independente, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

**03.** (Cespe/CGM/João\_Pessoa/Técnico/2018) A concessão de asilo político é um ato de

soberania estatal de competência dos governadores dos estados e aplica-se em virtude de perseguição a estrangeiro praticada por seu próprio país ou por terceiro.

**04.** (Cespe/CGM/João\_Pessoa/Técnico/2018) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais constituem objetivos da República Federativa do Brasil expressos na CF.

**05.** (Cespe/PC/MA/Investigador/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- I e III.
- II e IV.
- III e IV.
- I, II e III.
- I, II e IV.

**06.** (Cespe/PC/MA/Delegado/2018) De acordo com o entendimento do STF, a polícia judiciária não pode, por afrontar direitos assegurados pela CF, invadir domicílio alheio com o objetivo de apreender, durante o período diurno e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao poder público. Essa determinação consagra o princípio do(a)

- legalidade.
- reserva da jurisdição.

- c) ampla defesa.
- d) contraditório.
- e) direito ao sigilo.

**07.** (Cespe/TRE/PI/Analista/2016) A respeito dos princípios fundamentais constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta:

- a) O Estado brasileiro, atendidos os requisitos legais, é obrigado a conceder asilo político a estrangeiro, em decorrência de princípio orientador de suas relações internacionais constante na CF.
- b) Princípios relativos à prestação positiva do Estado não figuram entre os princípios fundamentais constantes da CF.
- c) A eletividade e a temporariedade são conceitos inerentes ao princípio republicano extraído da CF.
- d) Em decorrência do princípio federativo, há relação de hierarquia entre a União e os demais entes integrantes da Federação.
- e) Os objetivos da República Federativa do Brasil estão previstos expressamente em rol taxativo na CF.

**08.** (Cespe/TRT/BR/Analista/2016) Acerca da organização dos poderes, assinale a opção correta:

- a) O Senado Federal é composto de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio proporcional para mandato de oito anos.
- b) As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e só podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto.
- c) Compete ao Senado Federal fiscalizar as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta, nos termos do tratado constitutivo.
- d) Apenas o vice-presidente da República e o ministro da Justiça devem obrigatoriamente compor tanto o Conselho da República quanto o Conselho de Defesa Nacional, devendo os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal participar da composição de apenas um dos dois.
- e) A CF adota o sistema de freios e contrapesos ou de controle do poder pelo poder ao dispor

que, embora independentes, os poderes são harmônicos entre si. O princípio da separação dos poderes é cláusula pétrea.

**09.** (Cespe/PC/GO/Escritor/2016) Assinale a opção que apresenta um dos fundamentos da República Federativa do Brasil previsto expressamente na Constituição Federal de 1988:

- a) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) autodeterminação dos povos.
- c) igualdade entre os estados.
- d) erradicação da pobreza.
- e) solução pacífica dos conflitos.

**10.** (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) A garantia da dignidade da pessoa humana é um objetivo da República Federativa do Brasil e tem consolidado decisões judiciais para a efetivação de direitos fundamentais previstos na CF.

**11.** (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016) Embora o preâmbulo da CF não tenha força normativa, podem os estados, ao elaborar as suas próprias leis fundamentais, reproduzi-lo, adaptando os seus termos naquilo que for cabível.

**12.** (Cespe/DPE/AC/Defensor/2017) Assinale a opção que, segundo o entendimento do STF, representa respeito à independência dos Três Poderes:

- a) Proibição, por lei municipal, de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás.
- b) Decisão judicial que se imiscui nos critérios utilizados na convocação de sessão extraordinária em câmara de vereadores.
- c) Criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.
- d) Imposição pelo Poder Judiciário à administração pública de obrigação de fazer, visando à execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais.
- e) Criação de lei estadual que confere à Assembleia Legislativa a atribuição de demitir dirigentes de agência reguladora.

## 2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

»»Vide capítulo *Direito Eleitoral (Dos Direitos Políticos, Dos Partidos Políticos)*.